

A Educação no Governo Bolsonaro: o dito e o feito no primeiro ano de mandato

Valdirene Alves de Oliveira

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS (UEG)

ABSTRACT

The text discusses Brazilian education, based on Jair Bolsonaro's Government Plan Proposal, in correlation with the three main agendas of the first year of his presidential term: ideological indoctrination, literacy, and discipline. The freedom category, presented in the Proposal as the most precious asset of human beings, is considered in the study. The documentary analysis is mainly based on the dialogue with Fernandes (1981) and Todorov (2012). It concludes that there is an ultraconservative educational project in progress, that does not consider education as a right.

Keywords: Bolsonaro government; Democracy; Freedom; Ultra-Right; Conservatism.

O texto discute a educação brasileira, a partir da Proposta de Plano de Governo de Jair Bolsonaro, em correlação com as três principais pautas do primeiro ano de seu mandato presidencial: doutrinação ideológica, alfabetização e disciplina. A categoria liberdade, apresentada na Proposta como o bem mais precioso do ser humano, é considerada no estudo. A análise documental se fundamenta no diálogo com Fernandes (1981) e Todorov (2012). Conclui-se que há um projeto educativo ultraconservador em curso, que não considera a educação como direito.

Palavras-chave: Governo Bolsonaro; Democracia; Liberdade; Ultradireita; Conservadorismo.

Introdução

A temática educação tem ganhado visibilidade nos debates da sociedade brasileira e recebido novos contornos legais, orçamentários, organizacionais, curriculares e culturais, desde 2016 com o início do Governo Temer. A Emenda Constitucional (EC) nº 95, sancionada em 15 de dezembro de 2016 (Brasil, 2016a) definiu um novo regime fiscal para as despesas primárias como saúde, segurança e educação pública, por 20 anos, ao estabelecer que nesse período o repasse de recursos será incrementado apenas com base na inflação acumulada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Tal medida ficou conhecida como Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do Teto.

A Medida Provisória nº 746/2016 (Brasil, 2016b), convertida na Lei nº 13.415/2017, conhecida como a lei da reforma do ensino médio, estabeleceu uma ampla reforma curricular para a última etapa da educação básica, inclusive com ampliação da carga horária. Essa Lei não se limitou ao ensino médio, pois também sinalizou alterações na formação de professores e indicou mudanças no regime de trabalho docente, mediante modificações na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Essas duas proposições, demarcadas no início da gestão Temer, causaram repúdio nas entidades estudantis, de classe e de pesquisadores e conseguiram mobilizar parcela importante da sociedade para a realização de vários atos públicos, manifestações e protestos contra as proposições do Governo Temer. Esses atos ocorreram durante o período de tramitação das propostas no Congresso Nacional. Além disso, também foram realizadas ocupações em escolas de ensino médio, em boa parte das maiores cidades brasileiras, como estratégia para tentar barrar a reforma do ensino médio e a E.C. do teto dos gastos públicos (Costa – Groppo, 2018). Apesar desse enfrentamento e resistência, as proposições foram aprovadas no Congresso Nacional e sancionadas por Michel Temer, autor das medidas.

Em 2018 a educação permaneceu em evidência no debate nacional, por ocasião da campanha eleitoral para Presidente da República. Esse momento representou uma intensificação nas discussões político-ideológicas no país, pois os candidatos que chegaram ao segundo turno das eleições presidenciais eram representantes singulares dessa polarização. Fernando Haddad, ex-ministro da educação por 7 anos nas gestões dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), entre os anos de 2005 a 2012, enfatizou os avanços educacionais que o país alcançou no período da sua gestão, seja na ampliação do acesso à educação superior, na valorização e profissionalização docente ou ainda na criação de institutos federais de educação em todo o país. Já o candidato Jair Bolsonaro, deputado federal licenciado, focou o seu discurso com prevalência em duas

afirmativas sobre a educação brasileira nos governos do PT: a) durante a gestão de Fernando Haddad havia sido criado o “kit gay”¹ para distribuição em instituições educacionais; b) ele, Bolsonaro, era contra a “ideologia de gênero” nas escolas.

A pauta governamental para a educação, bem como para outras áreas, não contou com discussões propositivas e fundamentadas por parte do candidato Bolsonaro. Por outro lado, a inexistência do debate, ou ainda a fragilidade de uma proposta não assegura a inexistência de um projeto de sociedade, bem como de um projeto de educação, pois os eixos basilares podem estar delineados, ainda que de modo difuso, ou ainda a dispersão pode ser intencional. O estudo que originou este trabalho foi motivado pelo desejo epistemológico de compreender o discurso, situá-lo no contexto societário, apreender o proposto e mapear o realizado, no recorte de um ano de gestão presidencial, ou seja, referente ao primeiro ano da gestão Bolsonaro: 2019.

O presente trabalho analisou a Proposta de Plano de Governo de Jair Bolsonaro e mapeou as principais pautas para a educação e correlacionou-as com as ações que ganharam materialidade no primeiro ano de governo. Assim, a análise documental foi entremeada com o levantamento dos atos normativos que foram constituídos na esfera federal, em ações do Executivo, do Legislativo ou do Judiciário, bem como apontou alguns nexos com a sociedade civil, numa perspectiva ampliada de Estado, conforme Gramsci (1968).

Nesse processo investigativo, os elementos contextuais foram contemplados num diálogo com Fernandes (1981) e Todorov (2012) na análise das premissas estruturantes na constituição do sentido e do significado do projeto educativo e do projeto de sociedade do Governo Bolsonaro.

Notas sobre Jair Messias Bolsonaro e o Brasil desde 2013

Jair Messias Bolsonaro é um político brasileiro que, antes de ser eleito como 38º Presidente da República Federativa do Brasil em 2018, já possuía um acúmulo considerável de mandatos políticos, exercidos em diferentes partidos. Sua carreira política teve início em 1988 como vereador na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, pelo Partido Democrata Cristão (PDC). A entrada na vida política o levou para a reserva do exército brasileiro, na patente de capitão. Em 1990 se candidatou a deputado federal e foi eleito o parlamentar mais bem votado pelos eleitores

¹ Esse kit, segundo o candidato Bolsonaro, era constituído por material didático impresso e incentivava a homossexualidade. No dia 14 de outubro de 2018, sete dias após a realização do primeiro turno das eleições, o Ministro do Tribunal Superior Eleitoral, Carlos Horbach determinou a suspensão de links de sites e de publicações em redes sociais com a expressão “kit gay”, pois a informação sobre distribuição desse material em escolas não era verdadeira. Para acesso ao teor da decisão: [https://www.conjur.com.br/dl/tse-determina-remocao-video-kit- gay.pdf](https://www.conjur.com.br/dl/tse-determina-remocao-video-kit-gay.pdf)

fluminenses (6% dos votos). Desde então renovou seu mandato a cada 4 anos, totalizando 7 eleições vitoriosas para a Câmara dos Deputados.

Bolsonaro deixou de disputar a eleição para deputado federal apenas em 2018 para concorrer à presidência do país. Em 2015 manifestou a colegas parlamentares, quando era do Partido Progressista (PP), que havia interesse em ser senador ou presidente. Em 2016 se apresentou como candidato ao posto, na época pelo Partido Social Cristão (PSC), mas a confirmação só veio em janeiro de 2018 com a sua filiação ao Partido Social Liberal (PSL), seu nono partido. Oyama (2020) registra que os colegas parlamentares não acreditaram que Bolsonaro sairia mesmo candidato ao mais alto cargo político do país, pois apesar de possuir experiência na Câmara dos Deputados, não era um político influente e nunca exerceu função importante no Legislativo. Essa observação não se refere apenas ao fato de não ter sido Presidente da Câmara, mas sobretudo por nunca ter participado de uma comissão permanente ou ter relatado alguma proposta relevante.

Em 2017 Jair Bolsonaro se candidatou à presidência da Câmara e recebeu apenas 4 votos, ou seja, evidenciou junto a seus pares o seu baixo capital simbólico no campo do poder² conforme Bourdieu (1996, 1979). O resultado dessa votação evidenciou que Bolsonaro era de fato um parlamentar membro do baixo clero, ou seja, integrante do grupo que é constituído por deputados que agem movidos por interesses pessoais ou de grupos restritos e que não se destacam como parlamentares com capacidade de articulação entre os pares.

Bolsonaro se desfilou do PSL em novembro de 2019, ou seja, com menos de 1 ano de governo. Desde então está sem partido e tem se dedicado a criar o Partido Aliança, mas ainda não conseguiu reunir as filiações necessárias, que é um

²Todo campo é um espaço social de relações objetivas. As relações objetivas internas de um campo também recebem conotações das diversas relações estabelecidas fora do campo. É no espaço social que cada campo evidencia o jogo de cada um, assim como é na realização dialética da exteriorização da interiorização e na interiorização da exteriorização que se define o mundo social com suas diferentes práticas e disposições sociais. Os agentes de cada campo operam conforme o habitus de seu campo e nessa correlação vão constituindo o capital simbólico, dentro e fora do campo, como constructo oriundo do capital econômico, cultural e social dos agentes e do campo. Já o campo de poder é constituído pelas relações de forças entre os diferentes tipos de capital, mediante relações "entre os agentes suficientemente providos de um dos diferentes tipos de capital [para conseguir dominar o campo correspondente e cujas] lutas se intensificam sempre que o valor relativo dos diferentes tipos de capital é posto em questão" (Bourdieu, 1996, p. 50). Em outras palavras, para conseguir destaque no campo de poder é preciso ter poder e condições de reproduzi-lo. Nessa perspectiva, não possuir capital simbólico no campo de poder, tendo como referência o campo político, caracteriza um agente sem poder junto aos seus pares, pois não é reconhecido como alguém capaz de operar com as regras do campo, tanto internamente como nas relações externas no espaço social.

dos critérios estabelecidos pela justiça eleitoral para a criação de um novo partido no Brasil.

O cenário político que antecede a eleição vitoriosa de Jair Bolsonaro é um capítulo singular da história da política e da sociedade brasileira. Em busca de compreender esse novo campo de poder, a partir das eleições para a Presidência da República em 2014, é pertinente observar que alguns dos elementos que colocaram em evidência a crise política instaurada e o descontentamento expressivo da população com a política partidária já tinham sido expressos em 2013, sob a forma de protestos, originados com o Movimento Passe Livre, que, segundo Chauí (2016)³, resguardavam indícios de sinais de alerta, pois segundo a filósofa essas manifestações apontavam que: “há nas ruas um caldo perigoso onde se forjam ditaduras”.

Em 2014 Dilma Rousseff, primeira mulher a ocupar a cadeira da Presidência da República, foi reeleita completando, assim, a quarta vitória sucessiva do PT nas eleições presidenciais. Tão logo o resultado foi proclamado, o candidato derrotado, Aécio Neves, do Partido Social da Democracia Brasileira (PSDB), contestou a vitória de Dilma Rousseff nas entrevistas concedidas à imprensa e sequencialmente no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Após a reeleição de Dilma Rousseff e com o avanço da Operação Lava Jato, que trouxe à tona um emaranhado de relações público-privadas na implementação de um sistema estruturado de corrupção, que desviou recursos públicos em grande escala, o nível de descontentamento popular, em relação ao campo político, incorporou o sentimento de indignação, pois a corrupção – compreendida aqui como um problema crônico no Brasil – foi atribuída ao PT como o responsável por tal organização. Nesse sentido, movimentos sociais⁴ como o Movimento Brasil Livre (MBL), Movimento Contra a Corrupção e Vem pra Rua tiveram importância considerável na mobilização social que, com o apoio das grandes mídias, conseguiram dar materialidade e organicidade na realização de grandes manifestações contra a corrupção, que tiveram papel importantíssimo na consolidação do impeachment de Dilma Rousseff.

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, (Fiesp), agente empresarial relevante no campo econômico brasileiro, teve um papel crucial na mobilização dos seus pares, bem como no suporte aos movimentos sociais, como

³ Marilena Chauí concedeu uma entrevista à Revista Cult, em fevereiro de 2016, e na ocasião discorreu sobre a conjuntura política e social do país, em face dos acontecimentos que sucederam na política e na sociedade após as manifestações de 2013. Para Chauí um caldo de cultura, constituído por elementos oriundos do reacionarismo e do conservadorismo materializados num contexto político neoliberal, contém o cenário favorável para a constituição dos regimes ditatoriais. <https://www.cultloja.com.br/produto/cult-209-fevereiro-2016/>.

⁴ O MBL e o Movimento Vem pra Rua foram criados em 2014 e o Movimento Contra Corrupção foi criado em 16 de janeiro de 2013.

o MBL, pois no auge das articulações pró-impeachment, o prédio da Fiesp⁵, localizado na Avenida Paulista em São Paulo, foi palco das grandes manifestações que pediam o afastamento de Dilma Rousseff da Presidência da República.

Fernandes (1981) indica que as crises políticas nos países da América Latina são estruturais, o discurso de estabelecimento da ordem e em prol da estabilidade política é recorrente e tende a ocorrer pela via da violência institucional. Esse processo é paulatinamente aprimorado com os aprendizados anteriores, em que os setores sociais dominantes recorreram a métodos mais severos pela manutenção do monopólio social do poder e do poder político estatal. Por outro lado, Fernandes já alertava, que, numa fase de reinvenção desse processo, poderia ocorrer um movimento de fascistização silencioso e dissimulado, mas altamente racional e eficaz, além de ser ajustável ao padrão das democracias modernas. Nesse sentido, o fantasma do “comunismo” e de “novas Cubas” com o aporte da terceira revolução tecnológica, segundo Fernandes poderiam contar com novas formas de enfrentamentos, por parte dos defensores da preservação do poderio e esse desenvolvimento seria mais danoso, pois essas estratégias seriam constituídas por dimensões: “ostensivas, agressivas e dinâmicas, com uma reelaboração do elemento ideológico ou organizatório e da manipulação das massas. Essas perspectivas são sombrias” (1981, p.33).

O segundo mandato de Dilma Rousseff durou apenas por 1 ano e 4 meses e meio, pois ela foi afastada temporariamente para tramitação do processo de impeachment, concluído em 31 de agosto de 2016. Esse fato histórico contou com o desgaste que o PT vinha sofrendo diariamente junto à sociedade, sobretudo pela divulgação na mídia das operações da Lava Jato, iniciada em 2014, sob a condução do então Juiz Sérgio Moro⁶, que denunciava o envolvimento do PT em esquemas estruturais de corrupção. Logo após a posse de Dilma Rousseff, o primeiro desgaste de impacto significativo para o exercício do seu segundo mandato, especialmente na relação do Executivo com o Legislativo, se efetivou com a derrota do deputado Arlindo Chinaglia (PT) para o candidato Eduardo Cunha do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), na disputa pela presidência da Câmara dos Deputados. Cunha era do partido do vice-presidente da República,

⁵ A expressão “casa do impeachment de Dilma”, atribuída à assessoria da Fiesp é um exemplo da relação entre meios e fins que ocorreu entre esse agente do campo econômico e outros segmentos da sociedade, como o MBL. A matéria indicada no link se reporta a um almoço, com filé mignon, carne nobre na culinária brasileira, no cardápio. <http://www.valor.com.br/politica/4486600/fiesp-oferece-file-mignon-manifestantes-pro-impeachment-napaulista>

⁶ O Ex-Juiz Sérgio Moro foi Ministro da Justiça e Segurança do governo Jair Bolsonaro de 01 de janeiro de 2019 a 24 de abril de 2020. O aceite do convite foi divulgado pela imprensa em 1º de novembro de 2018, ou seja, apenas dois dias após a realização do segundo turno das eleições presidenciais.

Michel Temer. A vitória de Eduardo Cunha marcou o início do fim do então recém iniciado segundo mandato de Dilma Rousseff.

A votação de Jair Bolsonaro no impeachment de Rousseff causou repúdio em parte da sociedade brasileira e ganhou visibilidade nacional e internacional. Ao votar, o deputado elogiou um militar responsável por torturar vários presos políticos durante a Ditadura Militar no Brasil (1964-1985). Na ocasião o deputado disse:

Perderam em 64, perderam agora em 2016. Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula, que o PT nunca teve, contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra o Foro de São Paulo, pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff, pelo Exército de Caxias, pelas Forças Armadas, pelo Brasil acima de tudo e por Deus acima de todos, o meu voto é sim (Câmara dos Deputados, 2016a, p.232).

A palavra liberdade aparece no voto e é recorrente nos discursos de Jair Bolsonaro, ocupa sentido e significado relevantes em sua Proposta de Plano de Governo, e é fundante nas justificativas do presidente para algumas decisões e ações no exercício do cargo presidencial.

Esse voto causou reação instantânea em alguns dos parlamentares presentes, pois o momento era de muita tensão e emoção. O Deputado Jean Wyllys⁷ do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) do Rio de Janeiro, ao caminhar para proferir o seu voto no processo do impeachment, lançou uma cusparada em Jair Bolsonaro. Alguns deputados entraram com processo no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar contra o deputado Jair Bolsonaro, sob a alegação que o deputado havia promovido apologia à tortura. No entanto, a comissão votou contra o relator, totalizando 11 votos pelo arquivamento e somente 1 voto pelo acolhimento da denúncia.

Já entre os apoiadores do impeachment a apologia à tortura, proferida por Bolsonaro, não gerou incômodo. Ainda que os críticos e adversários de Jair Bolsonaro retomassem o histórico de manifestações depreciadoras do candidato, proferidas a grupos políticos, étnicos, raciais, de gênero e de classe, essas estratégias não surtiram efeito negativo junto aos apoiadores. Esse é um ponto que merece atenção no contexto brasileiro, pois certamente indicam elementos relevantes para além da singularidade política de Jair Bolsonaro, ou seja, acenam, em alguma medida, para as forças hodiernas que ele representa no Brasil, ou seja,

⁷ Em janeiro de 2019 este parlamentar renunciou ao seu novo mandato na Câmara dos Deputados e deixou o Brasil, pois ele já vinha recebendo constantes ameaças de morte. Desde o assassinato de Marielle Franco (Psol) Jean já contava com escolta policial, mas, em virtude da intensificação das intimidações e do novo contexto político governamental instaurado no país, com a vitória de Bolsonaro o deputado optou pelo autoexílio.

exemplo de consequências da ebulição do caldo de cultura que forja as ditaduras, conforme Chauí (2016); Cohn (2006).

Nessa perspectiva, Todorov (2012) alerta que a liberdade deixou de ser reivindicada no seu sentido clássico, ou seja, atualmente vigora uma ressignificação em que, situações avessas ao seu assentimento são realizadas em nome da liberdade, inclusive em ações discriminatórias, como a xenofobia, praticada por políticos da atualidade, em diferentes partes do mundo.

O Brasil vivencia uma fase de perda de espaço da esquerda e de crescimento da direita e extrema direita⁸, num movimento semelhante ao que tem ocorrido mundialmente nos últimos anos.

Oyama (2020) revela aspectos sobre a trajetória do político Jair Bolsonaro e sua relação com aliados e familiares. Esses registros ampliam a possibilidade de compreensão sobre a manutenção da sua base de apoio político, assim como a estabilidade de sua aprovação, mesmo diante dos fatos que colocam em xeque algumas de suas bandeiras de campanha, como o combate à corrupção.

A despeito desse cenário favorável ao presidente, desde o início do seu mandato a agenda do Poder Executivo tem sido bastante tumultuada, inclusive ocorreram recorrentes substituições de ministros. As relações do chefe do Executivo com os Poderes Legislativo, Judiciário e com a imprensa têm sido conflituosas, há investigações sobre corrupção e fake news associadas a pessoas bem próximas a Jair Bolsonaro. Além disso, o desempenho pífio do governo no enfrentamento da pandemia de Covid-19 tem sido explicitado na mídia nacional e internacional, mas ainda assim a avaliação⁹ do seu governo segue satisfatória, ainda que tenha sofrido perdas, em alguns grupos etários, regionais e também por nível de escolarização e gênero, sobretudo em comparação com o primeiro ano de governo. Além disso, é indicado como favorito nas eleições presidenciais de 2022, tanto em pesquisa simulada, quando são apresentados os nomes de possíveis candidatos, ou mesmo na pesquisa espontânea.

⁸ O caso brasileiro é abordado por Solano (2018) num estudo anterior à última eleição presidencial. Pinheiro-Machado (2019) contribui com o debate sobre a ascensão de Bolsonaro como expressão da chegada da extrema direita ao poder, em uma análise que agrega elementos oriundos dos novos movimentos sociais constituídos por “revoltas ambíguas”, segundo a autora.

⁹ Avaliação do Governo Bolsonaro, realizada no final do seu primeiro ano de governo, alcançou 30% de aprovação:
<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2019/12/23/57102c2d2b4f095adbec95cb335c7066abc.pdf>
Avaliação do Governo Bolsonaro, realizada no final do seu segundo ano de governo, registrou um acréscimo na aprovação e chegou ao patamar de 37%:
<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2020/12/14/ad8a599af4864554583c2j9u9u92nv937ab.pdf>

Notas sobre o conceito liberdade na Proposta de Plano de Governo de Jair Bolsonaro e no exercício do seu mandato

O processo eleitoral para presidente no Brasil inclui, tradicionalmente, a realização de debates em redes abertas de televisão entre os presidenciáveis, no período de campanha do primeiro e do segundo turnos. O candidato Jair Bolsonaro participou apenas de dois debates em 2018, ambos em agosto, nos dias 11 e 18, em duas redes distintas de televisão aberta. No dia 22 avisou, por meio de nota do seu coordenador de campanha, além da sua própria comunicação nas redes sociais, que não mais participaria dos debates, pois iria concentrar seus esforços em fazer contato direto com o público. No entanto, no dia 06 de setembro, Bolsonaro foi vítima de uma facada em um ato de campanha em Juiz de Fora/Minas Gerais. Esse fato pode ter sido um elemento favorável para a vitória de Bolsonaro, já que o primeiro turno ocorreu em 7 de outubro e o segundo turno no dia 28 de outubro, ou seja, no calor do trágico acontecimento com o candidato.

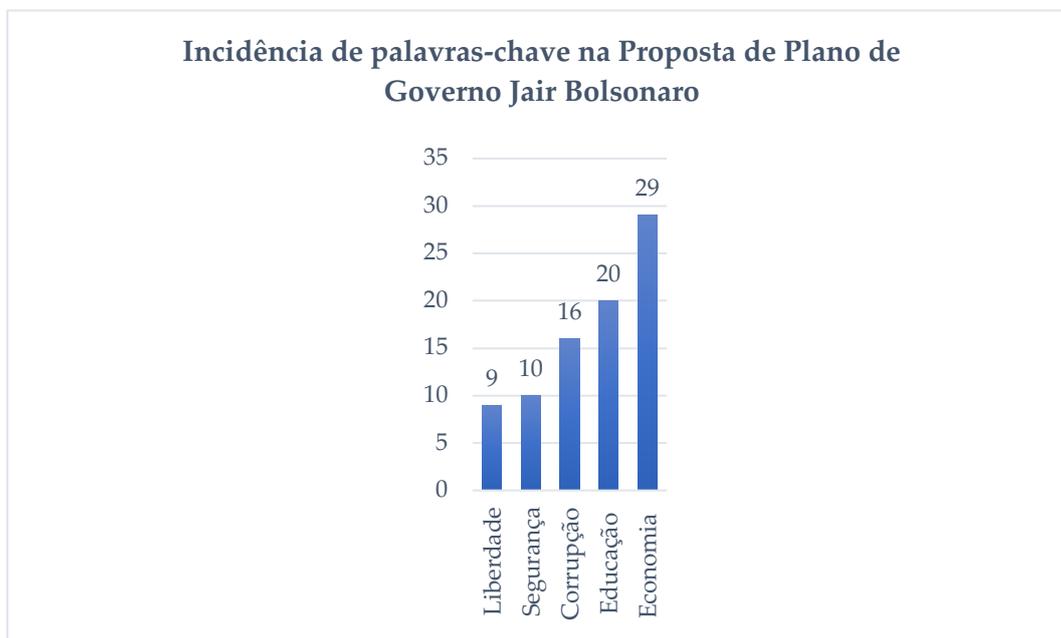
Sem participação nos debates, com tempo mínimo de horário na televisão e no rádio, em face da representatividade do seu partido, o candidato focou sua campanha nas redes sociais. Além disso, o episódio da facada inviabilizou inclusive a sua participação em boa parte dos atos públicos presenciais previstos, para encontro com apoiadores e possíveis eleitores.

A Proposta de Plano de Governo de Jair Bolsonaro, item obrigatório no ato da apresentação oficial da candidatura ao cargo, entregue ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), foi bastante criticada pelos candidatos concorrentes, pois segundo eles não havia um projeto de sociedade delineado para o país. O documento denominado “O caminho da prosperidade: Proposta de Plano de Governo constitucional, eficiente e fraterno” contém 81 páginas, possui como característica textual a prevalência de trechos curtos, em formato de tópicos, organizados por temáticas e *slogans*, contém vários quadros e algumas ilustrações.

A bandeira principal de campanha do candidato Jair Bolsonaro foi o combate à corrupção. Oyama (2020) apresenta alguns dados sobre a trajetória política e o perfil de Bolsonaro que, somados à insatisfação do brasileiro com a corrupção e a desesperança na política partidária, beneficiaram o candidato Jair Bolsonaro nas eleições de 2018. Ele chegou inclusive a ser considerado como o expoente da nova política e mesmo sendo político de carreira o seu eleitorado o via como expoente da nova política.

O slogan de campanha do candidato “Brasil acima de tudo! Deus acima de todos!” figura em todas as páginas e o versículo bíblico “E conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará” (João, 8:32) consta na primeira página da Proposta e continua sendo utilizado pelo governo em seus pronunciamentos oficiais. O

gráfico a seguir apresenta as categorias mais presentes na narrativa de campanha do candidato e a incidência delas na Proposta de Plano de Governo.



Fonte: sistematização da autora a partir do documento Caminho da Prosperidade (2018).

A categoria liberdade, apesar de possuir a menor incidência no gráfico, é a mais estruturante na Proposta de Plano de Governo, pois esboça, logo no primeiro trecho discursivo, uma perspectiva irrestrita de liberdade. Das nove citações contidas no documento a primeira é a nuclear, pois, de certo modo, agrega princípios e finalidades, ou seja:

Propomos um governo decente, diferente de tudo aquilo que nos jogou em uma crise ética, moral e fiscal. Um governo sem toma lá-dá-cá, sem acordos espúrios. Um governo formado por pessoas que tenham compromisso com o Brasil e com os brasileiros. Que atenda aos anseios dos cidadãos e trabalhe pelo que realmente faz a diferença na vida de todos. *Um governo que defenda e resgate o bem mais precioso de qualquer cidadão: a Liberdade.* Um governo que devolva o país aos seus verdadeiros donos: os brasileiros (O Caminho da prosperidade, 2018, p. 2, grifos nossos).

Vigora, no fragmento acima, a premissa de um governo libertador. Nessa perspectiva, o conceito se torna bastante polissêmico e é amplo em qualquer dos sentidos atribuídos, ou seja: um governo que liberte o Brasil e os brasileiros de diversos males e dentre esses da falta de liberdade. É interessante observar que o sentido imbuído ao termo liberdade é de cunho individual, não se trata de

liberdade em sentido amplo ou jurídico, pela via do direito coletivo, como em prol do fortalecimento das liberdades públicas¹⁰.

O termo liberdade perpassou os discursos do presidente em seu primeiro ano de governo. Liberdade é uma premissa utilizada para justificar partes das pautas políticas, morais e econômicas e, também, é o subterfúgio recorrente quando questionado sobre temas polêmicos. Os discursos proferidos por Bolsonaro nas Assembleias Gerais da Organização das Nações Unidas (ONU), nos anos de 2019 e 2020, ilustram a relevância que o conceito possui.

Nuvens de palavras dos discursos de Jair Bolsonaro na ONU (2019 e 2020)



Legenda: Imagem 1: discurso de 2019/ Imagem 2: discurso de 2020¹¹.

A liberdade é ecoada na Proposta de Projeto de Governo como o bem mais precioso de um indivíduo. Essa marca evoca o alerta de Todorov (2012) acerca dos riscos da liberdade, em demasia, abrir espaço para os inimigos íntimos da democracia moderna, uma vez que:

Os perigos inerentes à própria ideia democrática surgem quando um dos ingredientes dela é isolado, absolutizado. O que reúne esses diversos perigos é uma forma de descomedimento. O povo, a liberdade, o progresso são elementos constitutivos da democracia; mas se um deles se emancipa de suas relações com os outros, escapando assim a qualquer tentativa de limitação e erigindo-se em único e absoluto, eles transformam-se em ameaças: populismo, ultraliberalismo; messianismo, enfim esses inimigos íntimos da democracia (*ivi*, p.163).

Para Todorov a liberdade, um dos atributos da democracia, pode também incorrer no surgimento de um problema, num risco, numa deformação ocasionada como fator interno. Ao tecer essa afirmação, o filósofo lança uma afirmativa: os riscos atuais que as democracias experimentam podem ser ocasionados por

¹⁰ O sentido atribuído ao termo, neste texto, coaduna com a definição de Rivero e Moutouh (2006).

¹¹ O conceito Liberdade aparece em 4º lugar no discurso de 2019 e em 2020 figura em 6º. As palavras mais recorrentes nos dois momentos chamam a atenção. Em 2019: Brasil: 32 vezes; país/países: 25 vezes; mundo: 11 vezes; liberdade 10 vezes. Em 2020: Brasil: 27 vezes; mundo: 12 vezes; não: 9 vezes; governo: 7 vezes; paz: 7 vezes; liberdade: 6 vezes.

inimigos internos. As ameaças não são externas. Essa assertiva ecoa na realidade brasileira atual, pois a supervalorização atribuída à liberdade individual, contida na Proposta Programa de Governo, foi ratificada nos discursos do primeiro ano de gestão de Jair Bolsonaro e é enaltecida por seus seguidores, sobretudo nas redes sociais. Além desse apoio virtual, materializam também nas ações individuais e coletivas de alguns apoiadores que, em nome da liberdade individual, cometem crimes civis e penais, como agressões verbais e morais nas redes sociais, ou ainda praticam agressões físicas¹², inclusive graves, em pessoas ou grupos que os apoiadores elegem como inimigas ou que discordam do posicionamento deles ou do presidente.

A atuação de Jair Bolsonaro e de alguns seguidores nas mídias sociais é uma marca expressiva desde a campanha eleitoral. Na Proposta de Plano de Governo, no tópico “Imprensa Livre e Independente” a mensagem apresentada explicita mais uma vez a supervalorização da liberdade:

- Somos defensores da *Liberdade* de opinião, informação, imprensa, internet, política e religiosa!
- *Liberdade* das pessoas e de suas famílias em poder escolher os rumos da vida na contínua busca da felicidade!
- Somos contra qualquer regulação ou controle social da mídia.
- A *Liberdade* é o caminho da prosperidade. Não permitiremos que o Brasil prossiga no caminho da servidão.
- Nosso povo deve ser *livre* para pensar, se informar, opinar, escrever e escolher seu futuro.

(O Caminho da Prosperidade, 2018, p. 7, grifos nossos)

A recorrência da discussão sobre liberdade reafirma a sua relevância para a democracia, sobretudo em face da constituição dos regimes democráticos, como contraposição aos regimes totalitários, experimentados na Europa e que deixaram lastros na América Latina. Fernandes (1981) alerta que o fascismo recebeu pouca atenção nas investigações científicas no Brasil e nos países vizinhos. A esse dado o sociólogo brasileiro indica a necessidade de pesquisas sobre os traços fascistas que permanecem latentes na sociedade, em busca de novas formas de articulação, por vezes podem até ser mais sutis na configuração, porém não menos danosas, pois:

¹² O primeiro link apresenta alguns episódios registrados durante o período da eleição presidencial de 2018, antes do segundo turno. Já o segundo link relata agressões a jornalistas em um evento que contou com a presença do Presidente Jair Bolsonaro, em maio de 2020.

<https://www.redebrasilatual.com.br/eleicoes-2018/2018/10/violencia-apoiador-de-bolsonaro-mata-capoeirista-em-salvador/>

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/03/profissionais-de-imprensa-sao-agredidos-durante-manifestacao-antidemocratica-com-a-presenca-de-bolsonaro.ghtml>

Essas realidades estão em movimento, em transformações, corremos o risco de combater uma forma de fascismo enquanto outra pior está tomando corpo e se expandindo. O que mostra que o conceito não importa apenas aos cientistas sociais. Ele é essencial para todos os seres humanos que estão engajados no combate sem tréguas pela supressão das realidades conceituais como o fascismo, em suas modalidades do passado, do presente e possivelmente do futuro. A questão não se reduz à “sobrevivência com liberdade” (*ivi*, p. 34).

Atualmente no Brasil, a liberdade compreendida como elemento constituinte de um regime democrático, mas ao mesmo tempo constituída nas relações sociais e institucionais, sob premissas universais como o respeito ao próximo e o bem comum, tem sido colocada em xeque de modo muito perceptível. Em nome da liberdade individual, de expressão e de pensamento perpassam elementos discursivos, respaldados pela institucionalidade do cargo político e por ações governamentais, indiferentes ou ao avesso do reconhecimento do direito à vida, do respeito à diversidade e da ampliação dos direitos sociais para todas as pessoas e grupos econômicos, sociais, culturais e étnicos.

O termo economia ganhou muita visibilidade no período de campanha e alimentou muitas expectativas na população brasileira, em especial no campo econômico empresarial. Já a educação foi contemplada de modo mais expressivo do que as pautas segurança e corrupção, tanto nos discursos de campanha quanto nas ações governamentais em 2019. A pauta educacional geralmente é associada à pauta moral conservadora, como mais adiante será abordado no trabalho.

A educação na Proposta de Plano de Governo de Jair Bolsonaro e no Governo em ação

O termo “educação” consta vinte (20) vezes na Proposta de Plano de Governo de Jair Bolsonaro, enquanto a palavra “corrupção”, considerada a bandeira ícone do candidato, por parte de seus eleitores, aparece dezesseis (16) vezes. De fato, educação é um tema recorrente nos discursos de Bolsonaro, antes e durante a campanha, bem como no primeiro ano de seu governo.

A primeira menção considera a educação à beira do colapso e, portanto, na lista dos desafios urgentes, ou seja, integra as prioridades do governo, ao lado da segurança e da saúde. Numa análise da Proposta de Plano de Governo correlacionada às ações empreendidas durante o primeiro ano de mandato é possível identificar três aspectos prevalentes entre o dito e o feito na educação brasileira: a discussão sobre doutrinação ideológica, alfabetização e disciplina.

A premissa inicial para educação, registrada na Proposta de Plano de Governo, salienta: “Conteúdo e método de ensino precisam ser mudados. Mais matemática, ciências e português, SEM DOCTRINAÇÃO E SEXUALIZAÇÃO

PRECOCE. Além disso, a prioridade inicial precisa ser a educação básica e o ensino médio / técnico”¹³ (O Caminho da prosperidade, 2018, p. 41).

A pauta ideológica migrou do discurso eleitoral e se instaurou no discurso governamental presidencial, como *modus operandi*, sustentado por sua base política no Congresso Nacional, inclusive como subsídio para justificar tomadas de decisões. Nessa seara, a pauta conservadora se materializou na apresentação do Projeto de Lei (PL) nº 246/2019a, que propôs a instituição do Projeto Escola Sem Partido, protocolado na Câmara dos Deputados, no primeiro dia de trabalho oficial da 56ª legislatura, sob a autoria de vários parlamentares do PSL e de alguns deputados de partidos aliados. Esse ato é revestido de sentido e significado, pois indica para os eleitores um compromisso da base do governo com a pauta de campanha do presidente.

A temática Escola Sem Partido é uma discussão que remonta um período anterior a 2018, porém a apresentação de um novo projeto de lei denota que a temática permanece ecoando na sociedade. Nesse caso, a discussão sobre o projeto Escola Sem Partido foi acentuada nos últimos anos, saiu da esfera federal e ganhou contornos singulares em Assembleias Legislativas e Câmara de Vereadores de todo o país. Os registros de propostas mais discutidas no Congresso Nacional em prol do Escola Sem Partido no Congresso Nacional constam no PL nº 867/2015, de autoria do deputado Izalci PSDB/DF e também no PL do Senado nº 193/2016, de autoria do senador Magno Malta PR/BA. Ambos os parlamentares são membros da bancada evangélica no Congresso, que atualmente concentra um dos grupos mais conservadores no parlamento. O deputado Izalci foi reeleito em 2018, já o senador Magno Malta, que chegou a ser um dos nomes cotados para ser vice de Jair Bolsonaro, não obteve êxito na reeleição para o Senado.

Apresentar uma proposição no Parlamento, em sintonia com os interesses do Poder Executivo, é uma forma de otimizar as chances de aprovação, sobretudo se a popularidade do chefe do Executivo estiver em alta na sociedade. No Parlamento, as disputas nunca foram simples, pois expressam a síntese dos diferentes interesses e concepções dos grupos que compõem a sociedade e gozam de maior capital simbólico. Por outro lado, as transformações mais recentes na composição das bancadas parlamentares, conforme indicam os estudos do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), como o crescimento da bancada evangélica, por exemplo, podem corroborar com aprovação de pautas mais conservadoras. Fernandes (1991) sociólogo, educador e parlamentar constituinte, afirma com conhecimento de causa:

¹³ As expressões apresentadas em caixa alta, nas citações oriundas da Proposta de Plano de Governo, respeitam o formato contido na publicação original.

É impossível conquistar qualquer avanço na Câmara dos Deputados, no Senado Federal, no Congresso Nacional, sem negociações difíceis. O Parlamento funciona como um organismo para o qual são remetidos documentos divergentes, por grupos ou frações de classe, que postulam soluções próprias sobre antagonismos que atravessam transversalmente a sociedade. Cada grupo ou fração de classe espera uma certa maneira de representar e resolver seus problemas e recebe como um constrangimento uma "solução viável". Por isso, torna-se impraticável oferecer uma solução tecnicamente "ótima" ou universalmente "aceitável". Embora reconhecida, ela sempre será vista como uma aproximação que atende a "outros" interesses, por vezes encarados como "espúrios" ou como "concessões indevidas" a outros grupos e frações de classe. O circuito nacional é posto fora de questão e a natureza do processo democrático de decisão em uma sociedade de classes é ignorada (*ivi*, p.29).

A leitura apresentada por Fernandes permanece bastante atual quando são analisados os campos, agentes, estratégias e disputas empreendidas no Congresso Nacional na proposição, tramitação e aprovação das medidas para a educação. Oliveira (2017) analisou as relações entre os campos político, econômico e educacional no período de 2003 a 2014 na elaboração das políticas educacionais para o ensino médio brasileiro. As pautas que foram disputadas no Congresso Nacional resguardam muitas articulações em busca de distintos interesses societários e o jogo disputado por agentes de diversos campos não é simples.

No PL nº 246/2019 constam seis determinações que o professor não deverá fazer, no exercício de sua função:

Art. 4º No exercício de suas funções, o professor:

- I – não se aproveitará da audiência cativa dos alunos para promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias;
- II – não favorecerá nem prejudicará ou constrangerá os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas, ou da falta delas;
- III – não fará propaganda político-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas;
- IV – ao tratar de questões políticas, socioculturais e econômicas, apresentará aos alunos, de forma justa, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito da matéria;
- V – respeitará o direito dos pais dos alunos a que seus filhos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com as suas próprias convicções;
- VI – não permitirá que os direitos assegurados nos itens anteriores sejam violados pela ação de estudantes ou de terceiros, dentro da sala de aula (Câmara dos Deputados, 2019a, p.1).

O presidente Jair Bolsonaro tem corroborado com a construção dessa narrativa, junto à sociedade. Para ele os professores são doutrinadores e recomenda aos pais e alunos que coíbam essa prática docente. O PL nº 246/2019a recomenda a gravação das aulas dos professores como estratégia de acompanhamento dos pais sobre a qualidade do ensino ofertado pelos professores. Em maio de 2019 Jair Bolsonaro postou¹⁴ em uma de suas redes sociais a gravação de uma aluna, filiada ao PSL, que teria gravado parte da aula de uma professora, quando ela realizava doutrinação ideológica, segundo a responsável pela gravação. Nessa perspectiva, para combater o doutrinamento dos professores perpassa uma narrativa subliminar: gravação de aulas de professores doutrinadores com divulgação nas redes sociais, pois a liberdade individual assegura a conduta do indivíduo que grava e expõe o outro, sem consentimento prévio.

A proposta contida no PL nº 246/2019a também aborda a categoria gênero, que tem sido palco de disputas ideológicas acentuadas na sociedade, sobretudo por parte do campo religioso: “Art. 2º O Poder Público não se imiscuirá no processo de amadurecimento sexual dos alunos nem permitirá qualquer forma de dogmatismo ou proselitismo na abordagem das questões de gênero” (*ibidem*).

Essa perspectiva é contrária, inclusive às recomendações e tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário. A Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) recomendam que as escolas ofereçam educação sexual às crianças e jovens. O movimento de resistência ao uso da categoria gênero, por parte de uma parcela importante da sociedade brasileira tem sido acompanhado com preocupação por esses organismos multilaterais. Recentemente, o Brasil votou contra a proposta de uma resolução da ONU¹⁵ voltada para a educação sexual nas escolas, como forma de combater a discriminação contra mulheres e meninas. O Brasil foi signatário na lista de países contrários à proposição, juntamente com a Arábia Saudita, Catar, Bahrein, Paquistão e Iraque, ou seja, foi o único representante do ocidente a encaminhar o voto numa vertente ultraconservadora.

A temática “gênero” foi amplamente debatida no período eleitoral em 2018, porém essa discussão remonta ao período de 2013 e 2014, por ocasião da tramitação do PL nº 8035/2010 para fins de aprovação do novo Plano Nacional da Educação. A expressão “ideologia de gênero” ganhou holofotes nas casas legislativas de todo o país, com mais ou menos expressão em cada uma delas. Esse movimento de repulsa ao termo foi liderado pelo segmento religioso, composto por católicos e evangélicos. Ainda que o segmento educacional ratificasse que a

¹⁴ <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1122466597644505089?s=20>

¹⁵ <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/07/07/brasil-e-islamicos-vetam-educacao-sexual-em-projeto-de-defesa-de-meninas.htm>

expressão estava sendo deturpada, em seu sentido e significado, pelos contestadores, não houve avanços no sentido de dirimir as resistências. Ao fim e ao cabo a expressão “ideologia de gênero” nunca existiu em nenhuma das versões preliminares do Plano Nacional de Educação, conforme Reis e Eggert (2017) analisaram.

O impacto dessa mobilização social tem deixado marcas no campo educacional a ponto de, atualmente, parte da sociedade questionar se educação sexual deve ser ou não discutida nas escolas. Em 3 de janeiro de 2019 (Brasil, 2019e) foi sancionada a Lei nº 13.798 com o objetivo de instituir a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência. Apenas o ministro da Saúde e a ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos foram partícipes dessa importante proposta multissetorial. O que a ausência do ministério da Educação numa proposta dessa envergadura sugere? A educação não teria a função de colaborar com a disseminação de “informações sobre medidas preventivas e educativas que contribuam para a redução da incidência da gravidez na adolescência” (Brasil, 2019e)?

Em 3 de setembro de 2019 o presidente Bolsonaro publicou em uma de suas redes sociais uma mensagem¹⁶ sobre o seu interesse em proibir o uso da “ideologia de gênero” nas escolas de ensino fundamental. O contexto que permeia o posicionamento do presidente advém da manifestação da Advocacia Geral da União (AGU), da reação da ala de apoio ao governo no Congresso e de parte da sociedade civil.

Em setembro de 2019 a AGU ratificou a manifestação do órgão emitida em 2018 acerca da competência da União para definir a legislação para a educação brasileira. Na primeira ocasião, a AGU, ao emitir seu parecer para o STF, se manifestou contra o veto à terminologia “ideologia de gênero” na legislação educacional. Já na ratificação de 2019 o órgão se limitou a ressaltar a competência da União na definição da proposição.

A manifestação de cunho técnico da AGU, em 2019, não agradou a ala mais conservadora do governo. A análise da AGU foi motivada por uma ação que questionava uma lei municipal de autoria de um vereador, que em 2018 foi eleito deputado federal pelo PSL. A narrativa, portanto, é entrecortada por motivações político-ideológicas e a definição técnica da AGU desagradou, mais uma vez, a ala de apoio ao governo, sobretudo a bancada evangélica, alguns agentes do campo religioso e provocou reação negativa da Associação Nacional de Juristas

¹⁶ <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1168873702668345345?s=20>

Evangélicos (ANAJURE)¹⁷, que publicou uma nota pública¹⁸sobre o parecer da AGU acerca da ideologia de gênero nas leis estaduais e municipais. Após explanação, contextualização e argumentação a nota recomenda: “à Presidência da República que não se limite ao parecer da AGU e apoie as iniciativas estaduais e municipais que normatizam o assunto em seus âmbitos de atuação”.

Apesar de o Presidente Jair Bolsonaro ter manifestado, em setembro de 2019, nas redes sociais, que havia solicitado ao Ministério da Educação (MEC) que elaborasse e encaminhasse um projeto de lei ao Congresso Nacional com o objetivo de vetar a “ideologia de gênero” no ensino fundamental, até setembro de 2020, isso ainda não aconteceu. Por outro lado, em abril de 2020, o STF, em decisão unânime, considerou inconstitucional a proibição de veiculação de materiais e informações sobre gênero em escolas de um município brasileiro, que havia estabelecido uma lei que proibia a divulgação. Essa decisão é um aceno importante para os que reivindicam a proibição. Essa trama jurídica, política e ideológica, portanto, ainda não teve um desfecho no país.

Na Proposta de Projeto de Governo há o tópico “GESTÃO É IMPORTANTE, porém, conteúdo e estratégias precisam mudar!” e ele delinea proposições bastante claras sobre o projeto educativo do governo, pois indica que:

Além de mudar o método de gestão, na Educação também precisamos revisar e modernizar o conteúdo. Isso inclui a alfabetização, expurgando a ideologia de Paulo Freire, mudando a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), impedindo a aprovação automática e a própria questão de disciplina dentro das escolas. Um dos maiores males atuais é a forte doutrinação (O Caminho Da Prosperidade, 2018, p. 46).

Esse fragmento reúne pontos-chaves para a apreensão do projeto explícito e implícito do Governo Bolsonaro para a educação, pois eles ganharam contornos variados, ou seja, ora articulados, ora de modo difuso, mas pelo menos três aspectos mencionados estiveram presentes na pauta governamental, desde o início da gestão: repúdio a Paulo Freire, discurso educacional focado na alfabetização e a valorização da disciplina.

Paulo Freire, patrono da educação brasileira pela Lei nº 12.612/2012, foi massivamente atacado pelo candidato Bolsonaro em seus discursos e por seus apoiadores nas redes sociais, durante a campanha eleitoral. No início de 2019 três

¹⁷ A Anajure foi constituída em novembro de 2012 e é composta por membros da área do direito que atuam no Poder Judiciário, no Ministério Público, na Defensoria Pública, na Ordem dos Advogados (OAB), nas Procuradorias Federais e Estaduais, além de professores e estudantes de direito de diferentes regiões do país. Em 2019 a Anajure registrava 600 associados.

¹⁸ <https://anajure.org.br/anajure-lanca-nota-publica-sobre-parecer-da-agu-acerca-da-ideologia-de-genero-nas-leis-estaduais-e-municipais/>

parlamentares do PSL apresentaram projetos de lei na Câmara dos Deputados com o objetivo de revogarem a Lei nº 12.612/2012. Esses projetos apresentam justificativas comuns, ou seja, todos creditam a Paulo Freire o desempenho insatisfatório dos alunos brasileiros nas avaliações nacionais e internacionais. Além disso, tributam críticas ligadas ao viés político-ideológico de Paulo Freire:

A educação deve ser apartidária para que os estudantes possam desenvolver seus próprios conceitos e pensarem de forma livre, sem amarras ideológicas. Por esse motivo, é inconcebível que se adote determinado pensador como Patrono ou determinada linha ideológica como norteadora da Educação Brasileira (Brasil, PL nº 2589/2019b).

A imputação unilateral de Paulo Freire como Patrono da Educação Brasileira representou a verdadeira supressão de um pensamento plural, que deveria ser natural no ambiente educacional e acadêmico (Brasil, PL nº 1.930/2019c).

O terceiro PL em prol da revogação da Lei nº 12.612/2012 é mais severo quanto às críticas atribuídas ao legado de Paulo Freire, mas o foco da proposição é apresentar o educador São José de Anchieta como substituto, por compreender o seu papel

como precursor da educação em nosso país e de seu rico trabalho literário e cultural, peço a mais célere aprovação desta matéria aos nobres pares deste Parlamento. A revogação da lei que declara Paulo Freire Patrono da Educação Brasileira se impõe diante da calamidade da educação nacional (*ibidem*).

Os projetos de lei tramitam na Câmara dos Deputados e estão apensados ao Projeto de Lei nº 1.930/2019c devido à similitude nas proposições e respeitada a ordem cronológica das proposições. Em seus discursos o Presidente Jair Bolsonaro costuma endossar as críticas dos parlamentares ao se referirem a Paulo Freire, porém eleva o tom das críticas. No dia em que explicou à imprensa as razões pelas quais o governo federal não renovaria o contrato com a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto (Acerp) para a gestão da TV Escola, que vigorava desde 1995 e estava previsto para ocorrer em dezembro de 2019, mas não foi renovado, sentenciou:

Era uma programação da (TV Escola) totalmente de esquerda, ideologia de gênero, dinheiro público para ideologia de gênero. Então, tem que mudar. Reflexo, daqui a 5, 10, 15 anos vai ter reflexo. Os caras estão há 30 anos (no ministério), tem muito

formado aqui em cima dessa filosofia do Paulo Freire da vida, esse energúmeno, ídolo da esquerda” (EXAME, 16/12/2019)¹⁹.

O adjetivo “energúmeno” proferido por Bolsonaro a Paulo Freire gerou muita mobilização nas redes sociais. Uns repudiaram os adjetivos e outros ratificaram a opinião do presidente. Além dessas mobilizações a Câmara dos Deputados e o Senado Federal realizaram atos de homenagem a Paulo Freire na mesma semana em que Jair Bolsonaro proferiu a ofensa.

A temática alfabetização é destacada na Proposta de Plano de Governo de Jair Bolsonaro. O presidente e alguns aliados, ao falarem em alfabetização, associam o nome de Paulo Freire. Além de mencionarem o viés político-ideológico do patrono da educação brasileira, também costumam creditar a ele os problemas com a alfabetização das crianças brasileiras, ou seja, seria um fracasso do método Paulo Freire na educação brasileira.

A pesquisadora Magda Soares, autora de obras referenciais na discussão sobre a alfabetização no Brasil, também foi acusada no início do Governo Bolsonaro, pelo secretário de Alfabetização²⁰, de ser uma profissional que defende método de alfabetização sem comprovação científica e que se preocupa mais com o viés ideológico na formação das crianças brasileiras. Em entrevista à imprensa Soares expressou sua preocupação e desalento com o cenário político do Brasil na atualidade²¹.

O Governo de Jair Bolsonaro produziu um documento sobre os cem primeiros dias do governo, enviou ao Congresso Nacional e divulgou à imprensa. Tal documento contém 256 páginas e o termo “alfabetização” aparece doze vezes. No item destinado à educação, ao detalhar a agenda dos 100 dias de governo, consta: “Lançamento do Alfabetização Acima de Tudo, programa com métodos científicos para redução do analfabetismo” (Brasil, 2019a, p. 162). O slogan “Alfabetização Acima de Tudo” retoma o slogan de campanha de Bolsonaro.

Em 11 de abril de 2019 o presidente Jair Bolsonaro baixou o Decreto nº 9.765 (2019c) que instituiu a Política Nacional de Alfabetização. Há uma explicitação terminológica conceitual logo no início do Decreto, que certamente tem por objetivo evidenciar a matriz epistemológica da proposta.

Nesse sentido, embora o Decreto não explicita a defesa ou recomendação de um modelo padrão de alfabetização, o glossário, os princípios e os objetivos da

¹⁹<https://exame.com/brasil/senado-aprova-homenagem-a-paulo-freire-um-dia-apos-ataque-de-bolsonaro/>

²⁰Logo no início do Governo Bolsonaro foi extinta a Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (SASE) e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) foi dissolvida. Nesse bojo foi criada a Secretaria de Alfabetização.

²¹<https://novaescola.org.br/conteudo/15004/vivi-o-estado-novo-e-passei-pela-ditadura-mas-nunca-vi-um-periodo-tao-assustador-como-este-na-educacao>

proposta deixam em evidência a prevalência pelo método fônico²², pois recomenda:

IV - ênfase no ensino de seis componentes essenciais para a alfabetização:

- a) consciência fonêmica;
- b) instrução fônica sistemática;
- c) fluência em leitura oral;
- d) desenvolvimento de vocabulário;
- e) compreensão de textos; e
- f) produção de escrita

(Brasil, 2019c, p. 2).

Anteriormente à instituição da Política Nacional de Alfabetização e ao início do Governo Bolsonaro foi definida a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), para todas as etapas da educação básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio), que deve nortear os currículos de todas as instituições educacionais do país. A Política Nacional de Alfabetização sequer menciona a BNCC, ao passo que a BNCC estabelece competências e habilidades que não corroboram com a perspectiva fônica como opção teórico-metodológica para a alfabetização.

Apesar de o Decreto que instituiu a Política Nacional de Alfabetização do Governo Nacional ter sido apresentado à sociedade como um marco de ação dos cem primeiros dias do Governo Bolsonaro somente em fevereiro de 2020 foi apresentado o Programa Tempo de Aprender, como ação de fomento e de suporte para a viabilização da Política Nacional de Alfabetização.

O Programa Tempo de Aprender tem como foco o último ano da educação infantil e o 1º e 2º ano da primeira fase do ensino fundamental. Essa organização cria uma situação administrativa complexa para os gestores municipais, além de induzir uma incoerência pedagógica na organização curricular da educação brasileira. A educação infantil é ofertada, majoritariamente, em instituições específicas para a educação infantil. Em termos políticos pedagógicos há um descompasso, pois as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, bem como a BNCC resguardam as especificidades formativas da primeira infância e compreendem que elas corroboram com a escolarização futura, mas não definem o currículo da educação infantil como finalidade precípua de preparação para o ensino fundamental.

Para participar do Programa Tempo de Aprender os Estados e Municípios precisam aderir formalmente. Os que ingressam contam com suporte técnico-pedagógico e fomento para a implementação de algumas ações. No primeiro

²²Sobre o método fônico consultar o verbete disponível no link <http://www.ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/glossarioceale/verbetes/metodo-fonico-ou-fonetico>

período de inscrição houve uma tímida adesão ao Programa, o prazo foi prorrogado, mas ainda assim não atingiu o alcance projetado.

O terceiro ponto chave da Proposta de Plano do Governo Bolsonaro para a educação tem como prerrogativa a valorização da disciplina, no entendimento que isso leva consequentemente à melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem.

O enaltecimento das instituições educativas de cunho militar é recorrente nos discursos de Jair Bolsonaro, antes e depois da sua vitória. Assim, como no Programa Nacional de Alfabetização o governo Bolsonaro recorreu a uma medida legal unilateral para inserir esta pauta na agenda educacional. O Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim) foi instituído pelo Decreto nº 10.004 de 4 de setembro de 2019 (Brasil, 2019b), seguido da Portaria nº 2.015 de 20 de novembro de 2019 (Brasil, 2019a) que regulamenta a implantação do Programa, com vistas a consolidar tal modelo de escolas nos estados, municípios e no Distrito Federal a partir de 2020.

O Governo Bolsonaro pretende iniciar a implementação do modelo em 54 experiências piloto, sendo: 13 unidades no Sul, 11 no Centro-Oeste, 7 no Nordeste e 5 no Sudeste. A escolha foi realizada entre escolas estaduais e municipais, que ficarão sob a gestão de militares da reserva das Forças Armadas e os recursos para pagamento de pessoal será do orçamento do Ministério da Educação. Segundo a proposta até 2023 haverá 216 escolas no país.

É importante registrar que a proposição de criação de colégio cívico-militar não é uma inovação do Governo Bolsonaro. Desde a fase de candidato já era entusiasta desse modelo, ainda que nessas ocasiões recorresse ao modelo das escolas genuinamente militares, ou seja, as escolas das corporações militares, como a Aeronáutica, Exército, Marinha e Corpo de Bombeiros. Já o modelo que governo Bolsonaro pretende implementar em instituições educacionais públicas e civis teria uma gestão conduzida pela ala militar. Esse modelo vem sendo desenvolvido no estado de Goiás desde o final da década de 1990, teve início com uma unidade escolar na capital e atualmente conta com 60 unidades, distribuídas em todo o estado de Goiás. Essas escolas geralmente são bastante procuradas pela comunidade escolar.

Nessa perspectiva, Alves e Toschi (2019) indicam que:

No cenário de crescente conservadorismo que toma a sociedade brasileira, a militarização vai ganhando proporções assustadoras e nos indica a urgência de promover debates, pesquisas e publicações que possam desvelar os impactos desse processo na formação de crianças, adolescentes e jovens brasileiros (*ivi*, p.634).

As escolas cívico-militares têm deixado um legado na educação goiana. Esse modelo já influenciou a criação de experiências em outras unidades da

federação, mas com a política de fomento do governo federal, certamente, surgirão novas experiências e o fortalecimento da cultura calcada no civismo, na disciplina e na gestão hierárquica, como modelo exitoso e responsável pela melhoria na qualidade do ensino, tende a ser ainda mais consolidado.

Os elementos que corroboram com os desempenhos mais satisfatórios dos alunos das escolas cívico-militares advêm de um conjunto de fatores, portanto não são um mérito da política de intensificação da disciplina. Geralmente essas escolas contam com uma estrutura física bem superior às demais escolas, os alunos participam de alguma modalidade de processo seletivo e pagam uma mensalidade. Assim, o público desses colégios, em larga medida, não é o mesmo das escolas genuinamente públicas, nem as condições de trabalho docente e de ensino aos alunos são semelhantes. No entanto, a análise dessa conjuntura escapa aos olhos de boa parte da população e a associação com a disciplina militar ganha visibilidade, inclusive é mediada pela simbologia que essas escolas apresentam aos olhos da sociedade: uniforme em padrão de farda, corte de cabelo e penteados pré-estabelecidos, dentre outros.

Nessa perspectiva, há que se pensar sobre a amplitude das experiências de escolas cívico-militares no país. Em outras palavras, os impactos sociais dessas experiências se circunscrevem ao âmbito educacional ou abarcam o tecido social, de modo mais ampliado, e fomentam a cultura da disciplina, do controle e da hierarquia? A gestão democrática nas instituições educativas participantes é afetada. Esse efeito acarreta consequências nas unidades não participantes? Em tempos de riscos à democracia, Todorov (2012) salienta que, atualmente, talvez seja por dentro da democracia, das ideologias evocadas, dos movimentos e das ações internas que os perigos mais expressivos nascem e se fortalecem. Além disso convém questionar: as premissas democráticas ainda são de interesse da sociedade brasileira, como em outros tempos históricos?

Num cenário de proposições complexas e polêmicas para a educação brasileira o MEC teve dois ministros²³ durante o primeiro ano do Governo

²³ O cargo de ministro de Educação no Governo Bolsonaro tem sido motivo de recorrentes controvérsias, por diversos aspectos: pela origem da indicação dos titulares da pasta, pelos discursos polêmicos que proferem nas redes sociais ou para a imprensa, pelo currículo controverso ou ainda pelas ações desenvolvidas durante a gestão. O dois primeiros ministros foram indicados, segundo a mídia brasileira, por Olavo de Carvalho <https://exame.com/brasil/weintraub-conhece-minhas-ideias-melhor-do-que-velez-diz-olavo-de-carvalho/>. Já o terceiro a assumir o cargo ficou apenas uma semana no cargo e foi indicação da ala militar do governo, integra o corpo de oficiais da reserva da Marinha e já havia coordenado as atividades na Escola de Guerra Naval. Esse ministro apresentou dados falsos sobre a sua formação acadêmica e profissional. O quarto ocupante e atual ministro da Educação no Governo Bolsonaro é Pastor da Igreja Presbiteriana em Santos (SP). Até o presente momento os ocupantes do cargo de Ministro da Educação, são quatro, listado por ordem cronológica: 1) Ricardo Vélez Rodríguez; 2) Abraham Bragança de Vasconcellos Weintraub; 3) Carlos Alberto Decotelli da Silva; 4) Milton Ribeiro.

Bolsonaro. O primeiro ficou na gestão da pasta de 1º de janeiro a 8 de abril. Apesar da curta permanência no cargo suas ações desencadearam questionamentos e reações negativas no campo educacional, seja por razões técnico-administrativas, pedagógicas ou ainda por falas registradas em entrevistas divulgadas pela mídia. Em fevereiro de 2019 o ministro afirmou que o “brasileiro viajando é um canibal”²⁴.

Ainda em fevereiro de 2019, o Ministro encaminhou uma carta aos diretores de escolas públicas e privadas com um pedido que gerou grande repercussão na sociedade e mobilizou parlamentares a ponto de solicitarem a presença do ministro no Congresso Nacional para justificar o conteúdo da mensagem enviada aos dirigentes das escolas. A mensagem de e-mail solicitava que a carta anexada, redigida pelo ministro, fosse lida para professores, alunos e demais funcionários da escola, com todos perfilados diante da bandeira do Brasil e que fosse executado o hino nacional. Solicitava ainda que fosse registrado um vídeo desse momento e encaminhado para o MEC, com identificação da escola e número de alunos, funcionários e professores participantes do ato. O conteúdo da carta, assinada pelo ministro, era curto e consistia na seguinte mensagem: “Brasileiros! Vamos saudar o Brasil dos novos tempos e celebrar a educação responsável e de qualidade a ser desenvolvida na nossa escola pelos professores, em benefício de vocês, que constituem a nova geração. Brasil acima de tudo. Deus acima de todos!” (MEC, 2019).

Em abril, o ministro afirmou que os livros de História seriam revistos para que as crianças pudessem ter acesso à versão verídica sobre o que foi a história do Brasil. Na ocasião, o ministro mencionou que a ditadura militar instaurada no Brasil em 1964 havia sido uma ação constitucional, que configurava a evidência de um regime democrático de força. Essa manifestação foi amplamente repudiada, inclusive pelos militares que integram a cúpula do governo²⁵. Para eles afirmações dessa natureza provocavam um desgaste desnecessário para o governo e para os militares, junto à sociedade. O ministro foi demitido.

O segundo nome a assumir o MEC já integrava o governo e atuava como secretário executivo da Casa Civil e havia atuado na equipe de transição. A primeira ação impactante de sua gestão no MEC ocorreu em maio de 2019 e provocou reações adversas na sociedade brasileira. Houve um corte de 30% nas verbas destinadas à educação, em especial, no montante das universidades e institutos federais.

A necessidade de contingenciamento dos recursos foi apresentada pelo ministro como uma demanda econômica, mas ele também enfatizou que algumas instituições não gerenciavam bem os seus recursos, pois eram espaços

²⁴ <https://veja.abril.com.br/politica/ouca-o-brasileiro-viajando-e-um-canibal-disse-velez-rodriguez>

²⁵ <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/04/defesa-de-64-irrita-militares-que-pedem-saida-de-velez-do-mec.shtml>

promovedores de balbúrdia²⁶. Essa afirmativa gerou bastante reação nas redes sociais e, também, deu origem à mobilização das universidades em prol da realização de manifestações nas ruas de muitas cidades brasileiras. Esses atos contaram com o apoio da comunidade universitária, bem como de alguns segmentos da sociedade. O desbloqueio do recurso somente ocorreu em outubro de 2019 e deixou consequências no trabalho desenvolvido em algumas instituições, sobretudo nas que oferecem cursos de pós-graduação *stricto sensu*, pois elas tiveram problemas na manutenção ou no desenvolvimento de projetos de pesquisa.

Ao término do ano de 2019 o segundo ocupante da pasta da educação já estava um tanto desgastado no governo, sobretudo devido ao acúmulo de polêmicas fomentadas por ele nas redes sociais. Além dessa peculiaridade, o ministro era avaliado pelo campo educacional como gestor de pouco diálogo e sem agilidade na busca por soluções e demandas da pasta da educação.

Após um período de férias e licença médica no final de 2019, o ministro retomou ao trabalho, mas foi desligado em 18 de junho de 2020, após envolvimento em uma polêmica de cunho xenófobo, que resultou em abertura de inquérito no STF²⁷. O seu desligamento do cargo impulsionou a sua saída do Brasil e levou o Ministério Público Federal junto ao Tribunal de Contas da União (TCU) a oferecer uma representação a fim de apurar se houve uso irregular de passaporte diplomático para facilitar a entrada do ex-ministro nos Estados Unidos da América (EUA), bem como se ele contou com suporte do Governo Federal²⁸. Além disso, pesa sobre o ex-ministro uma investigação ainda mais contundente e que seria o principal motivo para a sua saída do cargo e do país: o inquérito das Fake News²⁹ que tramita no STF em que ele é o alvo das investigações.

Algumas considerações finais

Este estudo se debruçou nas ações governamentais relacionadas à doutrinação e “ideologia de gênero”, à política nacional de alfabetização e ao fortalecimento da disciplina escolar, via criação de escolas cívicos-militares, por constarem na Proposta de Plano de Governo e terem ganhado contornos importantes no primeiro ano da gestão Bolsonaro. Contudo, o presente trabalho acrescenta que, além dessas ações, há outras importantes pautas em curso na educação brasileira, desde o início do atual Governo.

²⁶<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/04/defesa-de-64-irrita-militares-que-pedem-saida-de-vez-do-mec.shtml>

²⁷ <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/Inq4.827DFDecisa771o03072020.pdf>

²⁸<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/Inq4.827DFDecisa771o03072020.pdf>

²⁹ <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/INQ4781MEC.pdf>

A agenda educacional parece dispersa ou mesmo ausente numa primeira leitura do contexto político atual. As proposições têm sido tecidas num cenário conturbado, permeado por quatro trocas de ministros da educação em pouco mais de um ano e meio de mandato presidencial e isso parece corroborar com uma falsa aparência de ausência de um projeto educativo para o país.

As universidades brasileiras têm sido alvo de constantes ataques verbais, por parte do governo e de membros de sua base e isso provoca reações distintas na sociedade. Há os que repudiam as ofensas, sobretudo os profissionais da educação, pesquisadores e estudantes. Por outro lado, é interessante registrar que os questionamentos sobre a credibilidade, seriedade e finalidade das universidades também recebem endosso na sociedade, sobretudo nas redes sociais.

Essas ações vêm construindo, paulatinamente, uma narrativa social desfavorável à universidade como instituição social, com função precípua na construção e promoção do conhecimento científico e, sobretudo, como um bem público de direito de todos os sujeitos e dever do Estado.

As ações governamentais, de modo aparentemente desarticulado, porém alinhado, vem pavimentando as narrativas ultraconservadoras. As premissas de menos Estado e mais mercado, atendem à perspectiva neoliberal e, portanto, corroboram com a manutenção do monopólio social do poder, mediante a derrocada da educação como direito público e subjetivo e dever do Estado. Assim, discurso e prática ultraliberais ficam protegidos sob o manto da pauta moral, pois permeiam a sociedade com o aval do campo do poder instaurado.

Em nome desse projeto, as verbas para a educação vêm sendo reduzidas, sem maiores questionamentos, os recursos para investimento em pesquisa não são compreendidos como parte de um projeto de desenvolvimento estratégico e de soberania, pois vigora a lógica da meritocracia. No entanto, a meritocracia esconde a sua falácia, pois oculta, em boa medida, que muitos indivíduos, historicamente, foram e são beneficiados pelas origens sociais e econômicas. Em um país com desigualdades estruturais como o Brasil, as questões que envolvem raça, gênero, região de origem, dentre outros aspectos, podem ser o suficiente para beneficiar alguns indivíduos, sob o manto da lógica meritocrática.

O discurso falacioso do mérito e o seu poder na vida das pessoas, somado ao contínuo ataque moral às instituições e sistemáticos cortes de investimentos afetam significativamente as universidades públicas, que sucessivamente têm deixado de gozar de legitimidade social, perdem condições efetivas de cumprimento do seu papel social e se tornam passíveis de mudanças governamentais, inclusive com aval para intervenções administrativas por parte do governo federal.

Nesse viés, Bolsonaro tem insistido na intervenção do governo na gestão das universidades públicas federais. Desde o primeiro ano do mandato essa conduta governamental, distinta do padrão adotado pelos presidentes anteriores, desde a redemocratização do país, tem se tornado uma conduta corriqueira. As universidades e institutos federais realizam a consulta universitária e encaminham a lista com os nomes dos candidatos mais bem votados, para a Presidência da República. Esse é o rito, mas o presidente Bolsonaro não tem respeitado a escolha das instituições³⁰, pois em nome da liberdade que o cargo lhe concede tem feito opção pelo nome com mais alinhamento político-ideológico ao seu governo. Geralmente esses nomes não costumam ser os primeiros classificados, aliás é comum ocorrer o contrário. Essa conduta tem causado repúdio na comunidade acadêmica e os gestores que aceitam a condição de interventores têm sofrido moções de repúdio por parte da comunidade universitária e entidades representativas.

Esse breve quadro indica que o mosaico do tecido social brasileiro tem utilizado nuances distintas das que teceram o tom das manifestações de 2013. A indignação com a corrupção não tem ganhado visibilidade no atual enredo societário como outrora e prevalece, entre os apoiadores, a renovação contínua das esperanças num governo que liberte o país das suas mazelas morais e ideológicas e que com popularidade alta consiga promover as mudanças econômicas necessárias em prol do desenvolvimento do país. Nesse sentido, Todorov (2012) tece um alerta sobre a democracia, que em seu processo constitutivo, cultiva inimigos orgânicos e corrobora com mudanças internas:

a liberdade torna-se tirania, o povo se transforma em massa manipulável, o desejo de promover o progresso se converte em espírito de cruzada. A economia, o Estado e o direito deixam de ser meios destinados ao florescimento de todos e participam agora de um processo de desumanização (*ivi*, p.197).

Atualmente o cenário brasileiro contém elementos de uma tríade perigosa: messianismo, populismo e ultraliberalismo. Antes da pandemia de covid-19 o quadro já era preocupante, mas 2020 evidenciou que o processo de desumanização em curso na sociedade brasileira segue a passos largos, pois nem o número de vítimas fatais, diário e acumulado, tem mobilizado o senso de coletividade em patamares compatíveis com uma sociedade minimamente humanizada.

Não há tragédia ambiental ou pandêmica que comova a nação brasileira a ponto de surgir uma indignação que gere mobilização coletiva em prol do bem

³⁰ No final de 2019 o STF concedeu liminar monocrática favorável à ação movida pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) em defesa do cumprimento da indicação da lista tríplice na escolha de reitores e vice-reitores das instituições federais de ensino. A decisão será concluída em votação do plenário do Supremo, em data ainda indefinida.

comum³¹. Assim, o que esperar dessa sociedade no enfrentamento de uma pauta ultraconservadora e ultraliberal para a educação? Todorov acena que o entusiasmo e a mobilização em prol de um projeto democrático, que considere efetivamente o equilíbrio entre os seus princípios fundamentais: progresso, povo e liberdade devem ser renovados. Esse certamente será um caminho que o Brasil e a educação brasileira precisarão percorrer mais uma vez para registrar um novo capítulo na história do país. Nessa perspectiva muitos brasileiros e brasileiras seguirão esperando³² para que esse epílogo não tarde muito.

Bibliografia

- ALVES Míriam Fábila - Mirza Seabra, TOSCHI. "A militarização das escolas públicas: uma análise a partir das pesquisas da área de educação no Brasil." *RBPAAE* - v. 35, n. 3, set./dez. 2019. (pp. 633 – 647).
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 2. ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1979.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas, SP, Papyrus, 1996.
- BRASIL. Lei nº 12.612/2012, de 13 de abril de 2012. Declara o educador Paulo Freire Patrono da Educação Brasileira. Brasília: MEC, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112612.htm. [4/12/2019].
- BRASIL. Lei 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação-PNE e dá outras providências. Brasília, DF., 26 jun 2014.
- BRASIL. Emenda Constitucional 95 de 15 de dezembro de 2016. Brasília: Congresso Nacional, 2016a. Disponibilidade em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc95.htm. [26/02/2020].
- BRASIL. Medida Provisória nº 746 de 22 de setembro de 2016. Brasília: Presidência da República, 2016. 2016b Disponibilidade em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/Mpv/mpv746.htm. [26/02/2016].

³¹Cohn (2006), ao discorrer sobre civilização, cidadania e civismo, assevera: "a barbárie está aí. Nós não estamos vivendo um momento de construção civilizatória, vivemos um momento de barbárie." Envolto por uma indiferença estrutural que compromete a constituição e o estabelecimento efetivo dos marcos civilizatórios, pois: "indiferença é barbárie, não é civilização; civilização é exatamente a atenção ao outro" (2006, p.28).

³² Esperançando do verbo esperar, no sentido freireano, que agrega esperança e ação, claramente elucidado no livro Freire, Paulo. *Pedagogia da Esperança – um reencontro com a pedagogia do oprimido*. São Paulo. Paz e Terra, 1992.

- BRASIL. Lei 13.415/17 de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494/07, que regulamenta o FUNDEB, e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 2017. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13415-16-fevereiro-2017-784336-publicacaooriginal-152003-pl.html>. [26/02/2020].
- BRASIL. Portaria nº 2.015 de 20 de novembro de 2019. Regulamenta a implantação das escolas cívico-militares. 2019º. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-2.015-de-20-de-novembro-de-2019-228864271> [12/12/2019].
- BRASIL. Decreto nº 10.004 de 05 de setembro de 2019. Institui o Programa Nacional das escolas cívico-militares. 2019b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10004.htm#:~:text=Institui%20o%20Programa%20Nacional%20das%20Escolas%20C%C3%ADvico%20Militares.&text=DISPOSI%C3%87%C3%95ES%20GERAIS-,Art.,fundamental%20e%20no%20ensino%20m%C3%A9dio. [12/10/2019].
- BRASIL. Decreto nº 9.765 de 11 de abril de 2019. Institui a Política Nacional de Alfabetização. 2019c. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20192022/2019/decreto/D9765.htm [24/04/2019].
- BRASIL. Presidente Jair Messias Bolsonaro. *Mensagem ao Congresso Nacional*. 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura. – Brasília: Presidência da República, 2019d. – (Documentos da Presidência da República). Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2019/02/04/mensagem-presidencial> [12/04/2019].
- BRASIL. Lei nº 13.798 de 3 de janeiro de 2019 Institui a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência. 2019e. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13798.htm [15/05/2019].
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. Projeto de Lei nº 8035, de 2010. Estabelece o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020. 2010. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=831421&filename=PL+8035/2010 [21/06/2019].
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. Projeto de Lei n. 867/2015. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1050668&ord=1> [15/05/2020].
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. Projeto de lei nº 193 de 2016. Inclui entre as diretrizes e bases da educação nacional, de que trata a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o "Programa Escola Sem Partido". 2016. Disponível em:

- <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/125666>
[15/05/2020].
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. Projeto de Lei nº 246/2019. Institui o "Programa Escola sem Partido". 2019a. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=E080033E39282E05DC07B401CE34590A.proposicoesWebExterno2?codteor=1707037&filename=Tramitacao-PL+246/2019 [31/08/2019].
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. Projeto de Lei nº 2589/2019. Revoga a Lei nº 12.612, de 13 de abril de 2012, que declara o educador Paulo Freire Patrono da Educação Brasileira. 2019b. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2199675> [15/05/2019].
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. Projeto de Lei nº 1.930/2019. Revoga a Lei nº 12.612 de 13 de abril de 2012, que declara Paulo Freire Patrono da Educação Brasileira. 2019c. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2196336> [24/05/2019].
- COHN, Gabriel. *Civilização, cidadania e civismo: a teoria política frente aos novos desafios*. Buenos Aires, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO; São Paulo, Departamento de Ciência Política. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. Abril 2006.
- COSTA, Adriana Alves Fernandes - Luís Antônio, GROppo (orgs). *O movimento de ocupações estudantis no Brasil*. São Carlos, Pedro & João Editores, 2018.
- FERNANDES, Florestan. *Poder e contrapoder na América Latina*. Rio de Janeiro, Editora Zahar, 1981.
- FERNANDES, Florestan. "Diretrizes e Bases: conciliação aberta". *Universidade e Sociedade / Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior*, Ano I, nº 1, fev. 1991.
- FREIRE, Paulo. "Diretrizes e bases: conciliação aberta". *Universidade e Sociedade*, n. 1, 1991. (pp. 29- 32).
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Esperança – um reencontro com a pedagogia do oprimido*. São Paulo. Paz e Terra, 1992.
- GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Tradução de Luiz Mário Gazzaneo. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.
- MEC. *Ministro da Educação envia carta a escolas do Brasil*. 25 de fevereiro de 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=73671> [26/02/2019].
- O CAMINHO DA PROSPERIDADE. *Proposta e Plano de Governo de Jair Bolsonaro*, 2018. Disponível em:

http://www.pslsp.org.br/wpcontent/uploads/2018/08/PLANO_DE_GOV_ERNNO_JAIR_BOLSONARO_2018.pdf [22/12/2018].

- OLIVEIRA, Valdirene Alves de. *As políticas para o ensino médio no período de 2003 a 2014: disputas, estratégias, concepções e projetos*. Tese de Doutorado em Educação. Universidade Federal de Goiás, 2017.
- OYAMA, Thaís. *Tormenta - O governo Bolsonaro: crises, intrigas e segredos*. São Paulo, Companhia das Letras, 2020.
- PINHEIRO-MACHADO, Rosana. *Amanhã vai ser maior: o que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise atual*. São Paulo, Editora Planeta do Brasil, 2019.
- REIS, Toni - Edla, EGGERT. "Ideologia de Gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros". *Educ. Soc.*, Campinas, v. 38, n. 138, jan. 2017. (pp. 9-26).
- RIVERO, Jean – Hugues, MOUTOUH. *Liberdades Públicas*. São Paulo, Martins Fontes, 2006.
- SOLANO, Esther. *Crise da Democracia e extremismos de direita*. São Paulo, Friedrich Erbert Shiftung Brasil, 2018.
- TODOROV, Tzvetan. *Os inimigos íntimos da democracia*. São Paulo, Companhia das Letras, 2012.

Valdirene Alves de Oliveira é professora efetiva na Universidade Estadual de Goiás, na Unidade Universitária de Inhumas. Integra o corpo docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da UEG, PPGE-UEG/Inhumas, na linha de pesquisa Trabalho, Estado e Políticas Educacionais.

Contato: valdirene.oliveira@ueg.br

Recebido: 30/09/2020

Aceito: 19/04/2021